



IPASSP- SM

RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO E ACOMPANHAMENTO DAS APLICAÇÕES DOS RECURSOS DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA À SAÚDE
Trimestre: Janeiro a Março 2023

A Diretoria do IPASSP-SM, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 4.483/2001, para fins gerenciais e de atendimento aos órgãos oficiais de controle interno e externo, emite o presente relatório de avaliação e acompanhamento das aplicações dos recursos do Fundo de Saúde, realizadas no trimestre de janeiro a março de 2023.

1 – Reservas do Fundo de Assistência à Saúde:

No trimestre temos o seguinte demonstrativo do Fluxo Financeiro:

Tabela I

Fluxo Financeiro

Relatório Contabilidade				
Mês	JANEIRO	FEVEREIRO	MARÇO	Total Trimestre
*Receita Orçam.	1.328.838,85	1.324.644,77	1.307.741,04	3.961.224,66
Despesa Orçam.	(1.457.114,94)	(1.417.852,40)	(1.408.167,41)	(4.283.134,75)
Receita Extraorç.	11.540,70	12.870,79	10.396,86	34.808,35
Despesa Extraorç.	(43.143,35)	(12.771,53)	(10.638,11)	(66.552,99)
Transf.. Fin. Conc.	0,00	0,00	0,00	0,00
A - Resultado Receitas/Despesas	(159.878,74)	(93.108,37)	(100.667,62)	(353.654,73)
B - Resultado dos Investimentos	337.209,93	259.784,09	354.681,36	951.675,38
C - Resultado Geral (A + B)	177.331,19	166.675,72	254.013,74	598.020,65

*Nota Explicativa: Os rendimentos de aplicações financeiras não integram o valor das *receitas, porque este valor é demonstrado em separado com o propósito de darmos maior visualização nos resultados dos investimentos.*

2 – Origem do superávit/déficit financeiro

No trimestre, o item A – Resultado das Receitas e Despesas foi negativo no valor de R\$ (353.654,73), em razão da suspensão do repasse da contribuição patronal da Prefeitura ao fundo de saúde nesse período. Por consequência, a falta de repasse da patronal implicou o consumo de parte dos rendimentos das aplicações financeiras auferidas no trimestre. O item B – Resultado dos investimentos apurou o resultado positivo de R\$ 951.675,38. O item C – Resultado Geral, foi positivo no montante de R\$ 598.020,65, contudo também apresenta-se reduzido em função da suspensão das contribuições patronais pela Lei Municipal 6.712/2022, que reduziu a arrecadação da receita corrente. Contudo, ocorreu superávit na movimentação financeira, com elevação das reservas financeiras aplicadas em função da boa rentabilidade auferida no trimestre, as quais totalizaram **R\$ 31.164.492,65**, conforme demonstrado na Tabela II.



3 – Demonstrativo da Rentabilidade do Trimestre

As reservas aplicadas do Fundo de Saúde proporcionaram, no período, os resultados de acordo com os índices apresentados na tabela II..

Tabela II
Rentabilidade

Mês	Valor		Índices	
	Aplicado	Rendimentos	Índice Rentabil.%	CDI %
Janeiro	30.742.617,23	337.209,93	1,12	1,12
Fevereiro	30.912.311,29	259.784,09	0,86	0,92
Março	31.164.492,65	354.681,36	1,16	1,17
Saldo no Trimestre	31.164.492,65	951.675,38	3,17	3,24
Saldo no Ano	31.164.492,65	951.675,38	3,17	3,24

Nota Explicativa: O resultado das aplicações é apurado no último dia do mês. Os índices calculados são utilizados para mensurar a rentabilidade do patrimônio investido e o atingimento da meta pelo índice CDI.

3.1 - Saldos em contas-correntes:

Em 31.01.2023: **R\$ 15.400,80**; em 28.02.2023: **R\$ 12.382,46**; e em 31.03.2023: **R\$ 14.214,84**.

Os saldos em contas correntes foram destinados, principalmente, ao pagamento de despesas extraorçamentárias.

3.2 - Demonstrativo da Rentabilidade do Trimestre por Fundo e por Banco

As aplicações foram feitas em instituições financeiras públicas, a distribuição dos recursos e a rentabilidade auferida estão no demonstrativo do **Anexo I**.

4 - Avaliações dos Investimentos e Resultados

4.1 – Avaliações Legais e Técnicas

No trimestre, os recursos foram mantidos em investimentos de instituições financeiras oficiais e públicas localizadas no Município de Santa Maria – RS, sendo elas: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

Os recursos do Fundo de Saúde foram aplicados em fundos de renda fixa considerados produtos adequados para atender às necessidades do Fundo de Saúde, e observam os requisitos que estabelecem as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência.



A movimentação em resgates, no período, foi feita para liquidação de obrigações e levou em consideração os valores das despesas e a data de seu pagamento.

No trimestre, os recursos foram mantidos em investimentos de instituições financeiras oficiais e públicas localizadas no Município de Santa Maria – RS, sendo elas: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco do Estado do Rio Grande do Sul, todas devidamente credenciadas. As aplicações foram feitas em mais de uma modalidade de fundo de investimento, o que visa preservar a diversificação da carteira, inclusive dentro do segmento de renda fixa, conforme o demonstrado nos **Anexos II-1, II-2, II-3**.

As rentabilidades obtidas pelos fundos de investimento apresentaram índices diferentes de um fundo para outro devido às diferentes modalidades dos fundos e à diferenciação entre os títulos em sua composição. Os resultados alcançados pela diversificação de carteiras poderão ver visualizados nos seguintes anexos: **Anexos III-1, III-2, III-3 e Anexos IV-1, IV-2, IV-3**.

4.2 – Cenário Econômico

O mês de janeiro, foi de resultados mistos entre os títulos de renda fixa, com a subida na curva de juros nos vértices de longo prazo, e os vértices curtos reduzindo prêmios de risco. A ancoragem das expectativas de curto prazo para a inflação, associada ao ruído político acerca do rumo da política fiscal de longo prazo, contribuiu para a maior “inclinação” na ETTJ. Na renda variável, o bom humor das bolsas americanas, que subiram fortemente no mês, contagiou a bolsa brasileira, que foi pouco afetada por questões políticas em virtude do recesso parlamentar.

A sinalização de redução no ritmo de aumento de juros do Federal Reserve deu fôlego importante para as ações negociadas nas bolsas norte-americanas, com o S&P500 registrando alta de 6,20%. A expectativa majoritária do mercado financeiro, em parte direcionada pelo próprio banco central do país, de que a inflação dos EUA dará sinais de maior recuo no médio prazo, abriu a possibilidade de relaxamento no ritmo do aperto monetário em vigor há vários meses. Na China, o fim da política de covid-zero ocasionou um impulsionamento nos preços internacionais de commodities, contribuindo para o bom desempenho da bolsa brasileira – bastante correlacionada aos preços destes produtos –, que subiu 3,37% em janeiro. No ambiente econômico doméstico, destaca-se o resultado da inflação no mês de janeiro, com avanço de 0,53% do IPCA, pouco abaixo do consenso do mercado. A desinflação (crescimento menor da inflação) dos produtos livres (aqueles que não são administrados pelo governo) foi a principal responsável pelo índice mais bem comportado. No entanto, alguns riscos permanecem latentes no médio prazo, como o retorno da tributação em produtos de preços administrados, especialmente a gasolina, cuja desoneração vigente está prevista até final de fevereiro. Além disto, acirrou-se no início de fevereiro um debate acerca do comportamento da política monetária praticada pelo Banco Central, com críticas do presidente Lula e de alguns membros da equipe econômica acerca dos efeitos perniciosos do atual patamar da taxa SELIC sobre a atividade econômica. A perspectiva de haver uma inflexão na SELIC em decorrência de pressões políticas elevou as expectativas dos juros futuros, prejudicando os preços dos títulos de longo prazo.

O IMA Geral registrou variação mensal de 0,70%, em janeiro, puxado pela parcela de curto prazo do índice. Entre os subíndices, o destaque positivo foi o IMA-B5, que apresentou retorno de 1,40% no período. Entretanto, o IMA-B5+ recuou 1,26% no mês, sendo que toda a queda ocorreu entre os dias 20 e 31 de janeiro. O IMA-B obteve rendimento praticamente nulo no mesmo período. Entre os prefixados, o índice de curto prazo IRF-M1 foi o que obteve maior rendimento, com 1,10% de crescimento no mês. O IRF-M e IRF-M1+, no entanto, cresceram consideravelmente, com 0,84% e 0,72% de crescimento no mês respectivamente. O CDI, índice de prazo mais curto, apresentou variação de 1,12%, e deverá seguir apresentando bons rendimentos no médio prazo.

Os ruídos sobre o rumo da política monetária e as tentativas de interferência política, além de uma possível modificação na meta de inflação de 2023, podem trazer volatilidade nas partes média e longa da curva de juros. No entanto, o que vai prevalecer em horizontes de tempo maiores nas carteiras de investimentos sempre será o posicionamento mais duradouro, isto é, a manutenção de posições apesar das oscilações passageiras.



No mês de fevereiro, a incerteza sobre o nível dos juros de curto prazo foi a tônica, ocasionando resultados modestos dos índices de durations longas, enquanto os índices de curto prazo permanecem se destacando positivamente. A política monetária também seguiu pressionada no exterior, com dados de atividade seguindo resilientes apesar das altas de juros no mercado externo.

As falas de formuladores de política econômica dos EUA no final de fevereiro e início de março repercutiram no mercado internacional, ao passo que sinalizaram para maiores aumentos de juros do que o esperado. Com isso, o principal índice de renda variável norte-americano S&P500 caiu 2,61% em fevereiro, além de ter ocasionado a valorização do dólar na maior parte dos mercados emergentes. Na Europa, a inflação também foi tema de preocupação, à medida que a pressão sobre os preços de energia seguiu firme com o prolongamento do conflito na Ucrânia. Concomitantemente, o fim da política de covid-zero na China elevou os índices de confiança econômica do país, elevando também as expectativas de crescimento.

No que tange à economia brasileira, destaca-se a divulgação do PIB de 2022, que mostrou crescimento de 2,90%, mesmo com a queda do 4º trimestre. O dado surpreendeu positivamente o mercado, apesar de trazer preocupações com o futuro, visto que os indicadores de atividade arrefeceram ao longo do ano, mostrando resultado negativo no final do período. Isto explica a preocupação do governo com o nível atual da taxa SELIC (13,75% a.a. nominais, 9% a.a. reais ex-ante), que passou a pressionar o Banco Central para que esta taxa entre em rota de redução nas próximas reuniões do COPOM. No BC, a preocupação seguiu sendo a situação fiscal de longo prazo, no aguardo de sinalizações acerca do novo arcabouço fiscal, prometido pelo Ministro da Fazenda para ser apresentado ainda em março.

Por conseguinte, o comportamento dos índices IMA em fevereiro refletem o compasso de espera sobre a política econômica. O IMA Geral registrou avanço de 1,03% no mês. No ano, esse índice já apresentou retorno de 1,74%. Houve recuperação em todos os subíndices, porém as carteiras de duration mais curtas, pré e pós-fixadas, mostram rentabilidade superiores às mais longas. O CDI, principal benchmark do mercado de renda fixa, cresceu 0,92% no mês e acumula 2,05% no ano. O destaque positivo foi novamente o IMA-B5, que registrou o maior retorno entre os índices, 1,41%, e já acumula a maior rentabilidade do ano (2,82%). O IMA-B5+ variou 1,17%, e acumula perda de 0,11% no ano. Em relação aos prefixados, o IRF-M 1 variou 0,98% e 2,09% no mês e no ano, respectivamente. O IRF-M 1+ avançou 0,79% e 1,51% nos mesmos períodos. Na renda variável, o Ibovespa caiu 7,29% no mês, acumulando queda de 2,59% no ano.

O resultado do IPCA de fevereiro (0,84% de alta) pode significar uma perda de força do governo na queda de braço com o Banco Central acerca da redução dos juros. No entanto, a iminente apresentação do novo arcabouço ao Congresso é aguardada pelo mercado e pelo próprio BC a fim de guiar as expectativas em direção a uma redução do nível da SELIC ao longo do ano, caso a proposta seja suficientemente factível e economicamente responsável. A recepção da proposta pela sociedade será determinante para a alocação dos ativos, podendo abrir espaço para investimentos de mais longo prazo ou maiores indexações em juros de curto prazo.

No mês de março, a expectativa com relação à apresentação da proposta de nova regra fiscal, efetivamente apresentada no dia 30, foi a principal pauta econômica do mês, com forte repercussão no comportamento dos ativos financeiros. O comportamento dos juros futuros favoreceu grandemente os preços dos títulos públicos, proporcionando boas rentabilidades na renda fixa. Na renda variável, no entanto, o comportamento foi mais errático, e encerrou o mês no campo negativo, na contramão da bolsa americana.

Os temores com relação a uma crise bancária no exterior aparentavam estar se dissipando, conforme os principais bancos centrais foram acomodando o mercado de crédito com injeções agressivas de liquidez. A atenção se voltava novamente, portanto, para o comportamento do mercado de trabalho e da inflação nos EUA e na Europa. A curva de juros dos Estados Unidos cedeu de maneira importante após o choque no setor bancário, aparecendo no horizonte até mesmo a possibilidade de redução dos juros americanos já no primeiro trimestre de 2024. A inflação na China deu sinais de recuo em relação a fevereiro, aliviando o risco de contaminação em outros mercados. Na Europa, no entanto, os choques de oferta especialmente no setor energético (ampliados pela decisão da OPEP de redução na produção de petróleo) poderia levar o Banco Central Europeu a elevar mais as suas taxas de juros.

A apresentação da proposta de nova regra fiscal feita pelo Executivo no dia 30 de março trouxe maior previsibilidade para o comportamento das despesas públicas, acomodando a precificação dos juros futuros. No



entanto, algumas incógnitas permanecem, conforme a necessidade de ampliação da base tributária para elevação de receitas de longo prazo de forma a atingir as metas de resultado primário estipuladas para os próximos anos.

Os índices IMA traduziram melhora de condições no mercado financeiro, com os índices de renda fixa de maiores durations sendo os maiores destaques. O IMA-B5+ e o IRF- M1+, índices de títulos pós e prefixados de longo prazo, respectivamente, obtiveram as maiores rentabilidades, com 3,73% e 2,67%. O IMA-B e o IRF-M vem em seguida, com 2,66% e 2,15% de rentabilidade. No acumulado do ano, no entanto, o IMA-B5 permanece sendo o índice com melhor resultado, tendo crescido 1,52% no mês e 4,38% no ano. O CDI permanece obtendo bons resultados, embora não tão atrativos quanto os índices anteriormente apresentados, com 1,12% de rentabilidade no mês e 3,20% no ano. A renda variável permanece como destaque negativo, tendo o índice Ibovespa recuado 2,91% no mês e 4,22% no ano.

Fonte: Gestor Um

4.3 – Avaliação da Rentabilidade e Meta (CDI)

A partir dos dados da Tabela II, verifica-se que as aplicações dos recursos do Fundo de Saúde apresentaram desempenho significativo no trimestre, embora no mês de fevereiro/23 tenha ocorrido maior aversão ao risco pelo mercado financeiro, o que prejudicou a rentabilidade do período, tendo como fatores negativos a inflação do mês com alta expressiva de 0,84% e a demora do governo para apresentar o novo arcabouço fiscal, diante desse contexto houve a consequente precificação das incertezas com reflexos na taxa de juros para a negociação dos títulos públicos federais, principalmente para o médio e longo prazo. Somando-se a esse contexto, tivemos a pressão do risco fiscal em razão do cenário político conturbado e maior expectativa de gastos do governo federal. Assim o resultado no trimestre foi positivo em R\$ 951.675,38 ou 3,17%, enquanto a meta no trimestre foi de 3,24%. Esse resultado não alcançou a meta do período, porém foi muito próximo e oportunizou incremento patrimonial, sendo obtido diante de um cenário de grande volatilidade.

O desempenho dos investimentos do Fundo de Saúde e o demonstrativo da meta podem ser visualizados no gráfico do **Anexo V**. No gráfico do **Anexo VI**, pode-se observar o desempenho dos investimentos do Fundo de Saúde, mês a mês, comparado com a meta - CDI.

É importante destacar que, os resultados de investimentos sempre estará sujeito às condições de mercado, que podem em dado momento não serem favoráveis para o atingimento da meta atuarial, tendo em vista que o mercado financeiro apresenta volatilidade e está sujeito a diversos fatores de riscos. Cabe aos responsáveis pela gestão dos recursos constante dedicação, técnica e conhecimento na observância dos requisitos que estabelecem as condições de segurança, rentabilidade, solvência e liquidez, motivação, adequação à natureza de suas obrigações e transparência para a escolha de fundos e definição da carteira mais apropriada para o momento econômico e expectativas de mercado.

Por fim, cabe novamente destacar que a administração do IPASSP-SM busca a preservação do capital do Fundo de Saúde e tem como meta buscar a remuneração do capital investido, bem como, dentre as alternativas de investimentos, alocar recursos naquelas que tenham no momento melhor expectativa de desempenho, priorizando sempre as de menor risco e de maior rentabilidade.



IPASSP-SM
PUBLICADO

No mural deste Instituto no período
de 30 / 05 / 20 23 a
30 / 06 / 20 23 .

Matheus Leal Marconatto
Agente Administrativo
Matricula: 110004-1
IPASSP-SM

Santa Maria, 30 de maio de 2023.

Fabiana Neves de Vargas
Diretora-Presidente